

Desnacionalização do ensino superior privado



Por **FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA***

Quando a educação deixa de ser um direito para se tornar commodity financeira, 80% dos universitários brasileiros ficam reféns de decisões tomadas em Wall Street, não em salas de aula

O setor de ensino superior privado no brasil passou por um processo enorme de desnacionalização, nas últimas duas décadas, tornando-se um campo de alta atratividade para investidores estrangeiros. Especialmente, fundos de *private equity*, conglomerados educacionais globais e multinacionais de serviços educacionais o dominaram.

A partir da década de 2000, houve desregulamentação e estímulo à entrada de capital privado, inclusive estrangeiro. O setor passou a ser visto como mercado de serviços com alta escalabilidade e baixa necessidade de infraestrutura intensiva.

As aberturas de capital (IPOs) no setor educacional foram altamente lucrativas para os fundos de investimento. Participaram de rodadas iniciais de expansão e consolidação (2007-2015), ou seja, as bolsas de valores foram empregadas como estratégia de valorização

Hoje, grande parte dos maiores grupos privados de ensino superior no Brasil tem controle acionário estrangeiro, total ou parcialmente. Exemplos notáveis:

Grupo / Instituição	Origem do Controle Atual	Detalhes
YDUQS (ex-Estácio)	Capital aberto com fundos estrangeiros relevantes	Inclui Carlyle (EUA) entre os investidores relevantes
Kroton/Anhanguera (Cogna Educação)	Capital aberto, com investidores institucionais	Participação expressiva de fundos estrangeiros

a terra é redonda

Grupo / Instituição	Origem do Controle Atual	Detalhes
Laureate International Universities (ex-UNINASSAU)	EUA (até 2021) / venda posterior para Ser Educacional (brasileira)	Desmobilização parcial do capital estrangeiro
Adtalem Global Education (ex-Damásio, IBMEC)	EUA	Venda parcial de ativos, mas marca ainda presente
Ser Educacional	Brasileira (mas com fundos estrangeiros acionistas)	Controlada por brasileiros, mas capital aberto

A maior parte das ações desses grupos é negociada na B3, mas a composição acionária é amplamente internacionalizada, com presença de fundos como BlackRock, Vanguard, JPMorgan etc.

O ensino superior privado brasileiro é atraente para o capital estrangeiro, primeiro, por causa da massa de “consumidores” com demanda reprimida por um diploma deste nível de escolaridade.

O Brasil tem a maior parte de sua população jovem ou adulta sem Ensino Superior completo. De 25 a 64 anos, apenas 21,3% dessas pessoas tinham Superior Completo de acordo com a PNADC 2023. Está acima da média geral (19,7%) porque nas faixas acima de 45 anos está abaixo dessa média e vai declinando a cada faixa de dez anos. Quando se considera a faixa de idade recém-formada de 25 a 34, atinge melhor resultado (23,7%), porém, cerca da metade da média dos países da OCDE. Supera somente a Índia, a Argentina e a África do Sul.

O mercado de segunda graduação, Ensino a distância (EaD) e cursos técnicos é extenso. Há forte apelo ao crédito estudantil público (FIES, Prouni) como mecanismo de viabilização do consumo.

Há uma elevada lucratividade estrutural. A mensalidade média de um curso superior a distância (EaD) no Brasil gira em torno de R\$ 348. Este valor é bem menor diante o valor médio das mensalidades de cursos presenciais de R\$ 1.132.

Os modelos de negócio são baseados em plataformas de Ensino a distância com baixo custo marginal. Os cursos têm alta escala nacional e pouca exigência laboratorial. Os custos são baixos ao contratarem só professores horistas mal remunerados. Suas fusões e aquisições geram sinergias operacionais.

Cerca de 80% dos alunos do ensino superior no Brasil estão em instituições privadas. Mais de 40% desses alunos estão matriculados em apenas cinco grandes grupos, todos com forte presença de capital estrangeiro. O ensino a distância supera o presencial desde 2020, com custos drasticamente menores e maior margem de lucro.

Portanto, o setor de ensino superior privado no Brasil é altamente lucrativo e atrativo para o capital estrangeiro, porque controla parte majoritária dos maiores grupos. Beneficia-se de demanda estável e políticas públicas de financiamento

a terra é redonda

estudantil. Explora modelos de negócio escaláveis com forte rentabilidade via Ensino a distância e fusões.

A desnacionalização nesse setor revela uma tendência mais ampla de financeirização dos serviços sociais, na qual educação deixa de ser tratada como direito e passa a ser ativo rentável em carteiras de investimentos.

Muitas dessas empresas educacionais são listadas na B3 (Brasil) ou na NASDAQ (EUA), permitindo ampla entrada de capital estrangeiro via mercado ações no capital aberto desses grupos de origem familiar. Mesmo nos grupos com controle formal brasileiro, a presença de fundos globais como BlackRock, Vanguard, Fidelity, JPMorgan é comum entre os maiores acionistas.

Há ainda modelos diferenciados quanto à participação estrangeira. Cogna e YDUQS têm estratégias baseadas em volume e escala. Afya explora nichos de alta rentabilidade como os cursos de medicina com mensalidades elevadíssimas. Ânima e Ser Educacional mantêm controle brasileiro, mas aceitam capital externo para expansão.

Mas algumas multinacionais recuaram. Grupos como Laureate e Adtalem fizeram desinvestimentos recentes, mas isso não reduziu a presença estrangeira, agora ocorrendo via mercado de capitais e Fundos de Private Equity.

Quanto aos impactos da desnacionalização, talvez a principal seja a “financeirização da educação”: decisões estratégicas passam a responder a métricas de retorno financeiro, em detrimento da qualidade pedagógica. Passa haver forte pressão por lucratividade com cortes em custos (professores horistas, material didático padronizado, Ensino a distância massivo) para elevar margens.

Há menor controle nacional sobre a formação universitária de massa, inclusive em áreas como saúde, direito e licenciaturas.

Em contraponto a esse ambiente regulatório plenamente liberalizado, o presidente Lula (PT) assinou, no dia 19/05/25, um decreto com novas regras para a Educação à distância no ensino superior. A norma regula limites de atividades online no ensino superior, cria uma modalidade de cursos semipresenciais, elenca cursos vetados para a Ensino a distância e revê limites de atividades remotas nos cursos presenciais.

Será vetada a oferta de cursos de Ensino a distância em medicina, direito, odontologia, enfermagem e psicologia. Demais curso de saúde e licenciaturas só poderão ser oferecidos nos formatos presencial ou semipresencial.

Dos 9,9 milhões de alunos de Ensino Superior no Brasil, 49% (4,9 milhões) estão em cursos de Ensino a distância, segundo dados de 2023. Pedagogia, por exemplo, é a carreira com mais alunos no país, somando 852 mil matrículas. Desses, 77% estão no Ensino a distância.

Haverá dois anos de prazo para as instituições de ensino superior se adequarem às regras, e os estudantes já matriculados poderão terminar os cursos da maneira iniciada. A maioria absoluta da oferta de Ensino a distância está em instituições privadas: 71,7% da rede privada e apenas 12,9% da rede pública.

***Fernando Nogueira da Costa** é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp. Autor, entre outros livros, de Brasil dos bancos (EDUSP). [<https://amzn.to/4dvKtBb>]

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA